

Fundo Nacional sobre Mudança do Clima – FNMC

Ata da 6ª Reunião Extraordinária do Comitê Gestor

A **6ª Reunião Extraordinária** do Comitê Gestor do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima ocorreu no **dia 08 de abril de 2025**, entre as 14h00 e 17h00, na modalidade presencial e por videoconferência, coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

✓ Participantes

Membros do Comitê Gestor:

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA

- João Paulo Capobianco (presidente)
- Aloisio Lopes Pereira Melo (titular)
- Érico Rial Pinto da Rocha (suplente)

Casa Civil da Presidência da República;

- Adriano Santhiago de Oliveira (titular)
- Diogo Victor Santos (suplente)

Ministério das Relações Exteriores

- Joan Frederick Baldeck Ferreira França

Ministério da Fazenda

- Cristina Fróes de Borja Reis (titular)

Ministério da Agricultura e Pecuária

- Carlos Ernesto Augustin (titular)

Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

- Rodrigo Rollemburg (titular)
- Gustavo Saboia Fontenele e Silva (suplente)

Ministério de Minas e Energia

- Thiago Vasconcellos Barral Ferreira (titular)
- Leandro de Oliveira Albuquerque (suplente)

Ministério do Planejamento e Orçamento

- Virgínia de Ângelis Oliveira de Paula (titular);

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

- Osvaldo Luis Leal de Moraes (titular)

Ministério das Cidades

- Luiz Paulo de Oliveira Silva (titular)

Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

- Maia Aguilera Franklin de Matos (titular)
- Pedro Lemos Mac Dowell (suplente)

Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

- Jânio Oliveira Coutinho (suplente)

Ministério dos Povos Indígenas

- Ary Pereira Bastos (suplente)

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

- Tereza Helena Gabrielli Barreto Campello (titular);

Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

- Prof. Dr. Luiz Drude de Lacerda (titular)

Fórum Brasileiro de Mudança do Clima

- Linda Murasawa (titular)
- Flavia Frangetto (suplente)

Organizações da Sociedade Civil Organizadas

- Suely Araújo (titular)
- Natalie Unterstell (suplente)

Confederação Nacional da Indústria

- Mário Augusto de Campos Cardoso (titular)
- Rafaela Aloise de Freitas (suplente)

Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares

- Sandra Paula Bonetti (titular)

- Carlos Augusto Santos Silva (suplente)

Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais

- João Bosco Campos dos Santos (titular)
- Carlos Alberto Pinto dos Santos (suplente)

Trabalhadores da Área Urbana

- Eduardo Armond Cortes de Araújo (titular)

Movimento Negro

- Gisele Brito (suplente)

Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente – ANAMMA

- Marçal Fortes Silveira Cavalcanti (titular)

Outros participantes:

- Rodrigo Martins Vieira – Diretor do Departamento de Gestão de Fundos e Recursos Externos da Secretaria Executiva do MMA
- Miriam Jean Miller – Coordenadora-Geral de Gestão de Fundos do Departamento de Gestão de Fundos e Recursos Externos da Secretaria Executiva do MMA
- Adalberto Felício Maluf Filho – Secretário Nacional de Meio Ambiente Urbano, Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental do MMA
- Marcos de Barros Maia - Coordenador-Geral de Cidades Sustentáveis/SQA/MMA
- Luiz Alberto Arend Filho – Ministério das Cidades.

✓ **ABERTURA**

Reunidos os membros em reunião online no Teams, com link de acesso previamente distribuído, o Presidente do Comitê Gestor, João Paulo Capobianco, iniciou a reunião cumprimentando a todos. Solicitou verificação do quórum, conduzida pelo Diretor Rodrigo Martins Vieira (DFRE/SECEX), que informou a todos que a reunião estava sendo gravada. O Presidente deu boas-vindas aos novos membros: do Ministério das Relações Exteriores (MRE), Joan Frederick Baldeck Ferreira França, e do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), Jânio Oliveira Coutinho. Após a verificação do quórum, registrados 16 (dezesseis) presentes, teve início a reunião.

✓ PAUTA

A documentação referente à pauta foi enviada com o ofício de convocação (Ofício Circular nº 420/2025/MMA - SEI 1936466), com sete dias de antecedência, conforme estabelecido nos incisos I e II, § 6º, do art. 14 do Decreto nº 9.578, de 22 de novembro de 2018. A pauta foi aprovada por unanimidade, conforme transcrita abaixo:

Pauta de Deliberação:

1. Aprovação da pauta
2. Deliberação sobre o Plano Anual de Aplicação de Recursos - PAAR 2025
3. Deliberação sobre a destinação dos recursos não reembolsáveis de 2025 para apoio ao edital "Periferias Verdes Resilientes"
4. Informes e conclusão

✓ DELIBERAÇÕES

✓ Plano Anual de Aplicação de Recursos - PAAR 2025

Com a pauta aprovada, seguiu-se a deliberação sobre o Plano Anual de Aplicação de Recursos para 2025. O Presidente do Comitê Gestor, João Paulo Capobianco, relembrou que todos haviam recebido o documento com antecedência e propôs que a apreciação inicial tratasse dos pontos em que havia mudanças.

Leandro de Oliveira Albuquerque, representante suplente do Ministério de Minas e Energia, consultou sobre requerimento encaminhado ao MMA, que tratava da inclusão da consideração do biometano no plano, e se o ponto teria sido avaliado.

O Presidente mencionou que na reunião ordinária anterior foi apresentada uma tabela com pleitos previamente recebidos referentes ao PAAR, indicando como foram atendidos ou não. Foi recebido ofício da Abiogás solicitando a inclusão do biometano nas atividades financiáveis da linha correspondente, e foi parcialmente contemplada, com exceção do GNV. Nesta oportunidade, seriam apreciadas as alterações solicitadas até e durante a reunião anterior.

O Presidente passou a ler os trechos do documento que foram inseridos após a 6ª Reunião Extraordinária, destacadas no documento na cor verde. Solicitou que todos passassem pelo documento anotando os pontos e que, posteriormente, discutiriam cada um deles, se necessário com projeção.

Suely Araújo (OSC) manifestou compreensão em relação às questões técnicas e período relativo à LOA recém aprovada e a necessidade de aprovação para haver tempo hábil para

execução dos recursos, mas registrou que não considerava que os pontos sugeridos por ela tivessem sido incluídos, pontuando-os novamente:

- Em relação a sugestão de destaque em adaptação, na página 3, seção “Diretrizes e Prioridades” sugeriu-se incluir após o primeiro parágrafo: “Em 2025, serão prioridades para alocação dos recursos do Fundo Clima as medidas de:
 1. Adaptação, promovidas por atores públicos e privados, com vistas ao expressivo aumento do número de projetos apoiados e recursos destinados em comparação ao ano anterior,
 2. Mitigação, com alto impacto em termos de redução de emissões, em particular as soluções baseadas na natureza, incluindo a restauração florestal;”
- Nas páginas 4 e 5, foram propostas as seguintes alterações: “Considerando a ampliação da escala dos recursos do Fundo Clima verificada a partir de 2024, bem como o aprendizado contínuo no desenvolvimento da carteira de operações, faz-se mister avançar na melhoria dos mecanismos de gestão e destinação dos recursos do Fundo. Nesse sentido, **será instituído, no âmbito do** Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, em parceria com o agente financeiro (BNDES) e com participação dos demais membros do Comitê Gestor do Fundo Clima, **um grupo** deverá trabalhar ao longo de 2025 para a definição de metas aspiracionais e de metodologias para a avaliação e priorização **da carteira** de projetos, considerando a **relação custo-efetividade climática (R\$/tCO₂ e evitado)** e com o compromisso de se adotar uma decisão a esse respeito no próximo PAAR.
- Na página 9, sugeriu-se incluir no parágrafo correspondente “Por fim, é importante destacar que as operações da modalidade reembolsável do Fundo Clima são mais restritivas em termos de elegibilidade, uma vez que não só devem respeitar as políticas e normas vigentes no BNDES descritas acima, como também **estar alinhadas à lista de exclusão do Eco Invest** e limitadas e circunscritas ao texto das finalidades detalhado a seguir”- esta sugestão refere-se a discordância da representação em relação a inclusão da possibilidade de financiamento de gás fóssil com a justificativa de transição energética;

Gisele Brito, representante suplente do Movimento Negro, afirmou que suas propostas não foram devidamente incluídas. Ela ressaltou a necessidade de critérios objetivos para produzir dados mensuráveis e monitorar a eficiência da justiça climática, um dos objetivos da política ambiental. Segundo ela, essa questão não é tratada com o mesmo rigor que as emissões, sendo os dados comparáveis essenciais.

No ponto adicionado na página 4, a Conselheira sugeriu ajuste (Página 4, terceiro parágrafo): “o Fundo buscará apoiar projetos de adaptação **e mitigação** que promovam o aumento da justiça climática”. A Conselheira afirmou que a justiça climática deve englobar tanto a adaptação quanto a mitigação, com critérios rigorosos. Ela mencionou que as ações propostas deveriam incluir a produção de habitação social, mas isso não foi contemplado. Explicou que a requalificação urbana pode resultar na remoção de pessoas e sugeriu a promoção de

habitação de interesse social para evitar isso. Criticou a falta de recursos para estudar e planejar tarifas zero como política de mitigação de gases. Gisele destacou a necessidade de tratar a justiça climática com seriedade, usando indicadores comparáveis aos de emissão para garantir a aplicação objetiva dos recursos. Por fim, enfatizou a importância de prever recursos para pesquisa e planejamento de tarifa zero, reiterando que a sugestão visa financiar estudos, não subsídios.

Eduardo Armond Cortes de Araújo, representante titular dos trabalhadores da área urbana, sugeriu alterar "busquem implementar" para "recomenda-se que as empresas tomadoras dos recursos implementem" na página 4. Explicou que a proposta não era que o Fundo financiasse a qualificação e requalificação, mas que as empresas que buscam o Fundo ofereçam contrapartida através de programas de qualificação e requalificação, seja de forma própria ou através do sistema S, que possui recursos quatro vezes maiores do que o valor do fundo. Nos pontos relativos a adições feitas sobre a madeira certificada e remineralização relativa a insumos, manifestou concordância, considerando que atendiam o solicitado. O Conselheiro também destacou a proposta de Sueli Araújo (OSC) relativa ao reforço da questão da adaptação, enfatizando sua importância em relação aos trabalhadores.

Gisele Brito, representante suplente do Movimento Negro, retomou a palavra para tratar de uma sugestão de texto específica no trecho sobre requalificação urbana na página 10, em áreas de risco, com foco na redução dos riscos para a população em favelas. Ela sugeriu que o texto fosse alterado para "requalificação urbana em áreas de risco, com foco na redução dos riscos **e na permanência da população**".

A Diretora Socioambiental do BNDES, Tereza Campello, avaliou sugestão de Eduardo Armond, sugerindo para penúltimo parágrafo da página 4, os seguintes ajustes:

"A concessão de financiamentos com recursos do Fundo Clima deverá ter como diretriz (...). Adicionalmente, considerando os impactos sobre o mercado de trabalho engendrados pela transição para uma economia de baixo carbono, recomenda-se, **nos casos em que houver previsão de redução do quadro de pessoal**, que as empresas tomadoras de recursos do Fundo **implementem** programas de qualificação e requalificação profissional, focados nos princípios de transição justa e de políticas inclusivas com envolvimento das entidades comunitárias locais.". Destacou que era essencial deixar claro que estavam incorporando a ideia de qualificação e requalificação profissional nos casos de redução de pessoal, especialmente ao trabalhar com indústrias novas em fase de implantação. A inclusão dessa recomendação visava a garantir que as empresas tomadoras dos recursos do fundo implementassem programas de qualificação e requalificação profissional de acordo com as propostas discutidas.

Adriano Santhiago de Oliveira, representante titular da Casa Civil da Presidência, manifestou apoio à sugestão de Tereza Campello (BNDES) sobre a contrapartida de requalificação, considerando que a linguagem ficava mais apropriada para a discussão de transição justa.

Mencionou a sugestão de associar a melhoria das diretrizes do PAAR de acordo com o Plano Clima (p. 4-5), manifestando apoio a essa proposta, tanto na modalidade reembolsável quanto na não reembolsável. Considerou importante que o Fundo Clima se associe cada vez mais com os planos setoriais de mitigação e adaptação, bem como com a Estratégia Nacional de Mitigação e a Estratégia Nacional de Adaptação.

Eduardo Armond Cortes de Araújo afirmou que a prioridade seria implementar a medida durante uma redução de pessoal. Concordou com a sugestão, destacando que a maior preocupação era na situação de perda de postos de trabalho.

Sem mais participantes inscritos, o Presidente do Comitê Gestor, João Paulo Capobianco, passou para o próximo tópico, sugerido pelas representantes das Organizações da Sociedade Civil Organizada:

“Considerando a ampliação da escala dos recursos do Fundo Clima verificada a partir de 2024, bem como o aprendizado contínuo no desenvolvimento da carteira de operações, faz-se mister avançar na melhoria dos mecanismos de gestão e destinação dos recursos do Fundo. Nesse sentido, **será instituído, no âmbito do** Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, em parceria com o agente financeiro (BNDES) e com participação dos demais membros do Comitê Gestor do Fundo Clima, **um grupo** deverá trabalhar ao longo de 2025 para a definição de metas aspiracionais e de metodologias para a avaliação e priorização **da carteira** de projetos, considerando **a relação custo-efetividade climática (R\$/tCO2 e evitado)** e com **o compromisso de se adotar uma decisão a esse respeito no próximo PAAR.**”

Tereza Campello (BNDES) concordou com a formação de um grupo de trabalho em 2025, desde que estivesse alinhado com o processo de elaboração do Plano Clima em andamento.

O Conselheiro Diogo Victor Santos sugeriu acréscimo no texto entre parênteses, que passaria a designar “**R\$/tCO2 e evitado, resultados esperados nas ações de adaptação e outros parâmetros, quando aplicáveis**”.

O Presidente propôs redação alternativa, consolidada e lida por Érico Rocha: “**um grupo** deverá trabalhar ao longo de 2025 para a definição de metas aspiracionais e de metodologias para a avaliação e priorização **da carteira** de projetos, considerando **a relação custo efetividade climática (R\$/tCO2 e evitado, resultados esperados nas ações de adaptação e outros parâmetros, quando aplicáveis)** e que será levado ao Comitê Gestor do Fundo Clima e os resultados considerados quando da adoção do próximo PAAR.”

Tereza Campello (BNDES) destacou a importância das ações estratégicas de adaptação, que não foram implementadas devido ao ano eleitoral. Ela mencionou ações de fomento em 2025 envolvendo setor público e privado, mas disse que estabelecer um mínimo de projetos de adaptação não é viável por causa da demanda. Ressaltou que gestores assumem riscos e prestam contas ao Banco Central e ao Tribunal de Contas da União, e que textos vagos podem

gerar cobranças, portanto priorizar pode parecer indicativo, mas não deve ser incluído no texto.

Adriano Santhiago de Oliveira elogiou a proposta de fomento a projetos de adaptação, mas expressou preocupações sobre a dificuldade de metrificação devido à subjetividade e apontou um desbalanceamento entre os pontos de adaptação e mitigação. Ele sugeriu que a discussão sobre custo-efetividade ocorresse em um grupo de trabalho, argumentando que antecipar isso agora seria prematuro.

Suely Araújo destacou a necessidade de um grupo de trabalho para discutir a metodologia de quantificação de mitigação e adaptação das ações. Ela afirmou que o Comitê do Fundo do Clima deve priorizar ações de alto impacto na redução de emissões. A Conselheira sugeriu uma redação mais simples: "Em 2025, serão prioridades para alocação dos recursos do Fundo Clima as medidas promovidas por atores públicos e privados, tanto de adaptação quanto de mitigação, com vistas ao aumento do número de projetos apoiados e à redução de emissões." Ela enfatizou que a redução de emissões deve ser considerada na concessão de crédito e que o banco deve procurar ativamente projetos de adaptação, conforme esperado pelas políticas climáticas.

O Presidente do Comitê Gestor, João Paulo Capobianco, destacou o consenso sobre a necessidade de avançar em ações de adaptação. Ele elogiou o trabalho do BNDES nessa área e mencionou a importância de aumentar o financiamento para esses projetos. Questionou à equipe do BNDES se seria possível considerar uma demanda maior em 2024 e um pipeline superior em 2025 na seleção de projetos.

Tereza Campello (BNDES) comentou que o banco recebe diversos projetos ao longo do ano. Destacou a necessidade de avaliar projetos conforme recebidos, sem preterir aqueles de alta eficiência energética e impacto significativo na redução de emissões. Termos vagos poderiam colocar o banco em risco perante órgãos de controle. A Diretora enfatizou a importância de fomentar projetos sem estabelecer prioridades fixas e mencionou que o banco já tem uma área dedicada a questões de municípios e adaptação.

João Paulo Capobianco afirmou que é importante divulgar o Fundo Clima e suas linhas de atuação. Ele destacou que essa responsabilidade cabe a todos os membros, incluindo o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, e deve ser enfatizada em contatos com empresas e palestras públicas. Ressaltou que o esforço é coletivo, e mencionou ainda que o BNDES tem uma equipe dedicada para isso e reforçou a importância de um compromisso conjunto.

Mário Augusto de Campos Cardoso (CNI) concordou com João Paulo Capobianco, presidente do Comitê, sobre a necessidade de se aumentar o número total de projetos apresentados ao BNDES, em vez de restringir as avaliações do banco, priorizando uma área específica. Cardoso destacou que o principal desafio é aumentar os projetos de adaptação submetidos e evitar regras que dificultem a aprovação de bons projetos de mitigação.

Acordado o texto final, o Presidente pediu para Érico Rocha projetar a redação proposta para o trecho: “Em 2025, serão envidados esforços por parte do BNDES e integrantes do Comitê Gestor do Fundo Clima, com vistas a buscar a ampliação da alocação dos recursos do Fundo Clima em projetos, promovidos por atores públicos e privados, de adaptação, promovendo o aumento da resiliência climática, e mitigação, com alto impacto em termos de redução de emissões, considerando em ambos os casos a justiça climática.”

Como todos manifestaram concordância, o Presidente do Comitê Gestor então abriu discussão sobre a terceira sugestão das representantes da Sociedade Civil Organizada, que inseria trecho em parágrafo da página 9 do PAAR: “Por fim, é importante destacar que as operações da modalidade reembolsável do Fundo Clima são mais restritivas em termos de elegibilidade, uma vez que não só devem respeitar as políticas e normas vigentes do BNDES descritas acima, como também **estar alinhadas à lista de exclusão do Eco Invest** e limitadas e circunscritas ao texto das finalidades detalhado a seguir”.

O Presidente discordou da alteração, por impor restrições à ação do Fundo Clima que prejudiquem o investimento adequado dos recursos.

Suely Araújo mencionou que a proposta se referia a preocupação com à possibilidade de recursos serem destinados a projetos envolvendo combustíveis fósseis, como o gás.

Aloisio Lopes de Melo, representante titular do MMA, agradeceu a sugestão da Suely e explicou que o Eco Invest trabalha com carteiras específicas de projetos financeiros. No Fundo Clima, apenas projetos elegíveis são identificados, excluindo automaticamente energia fóssil (GNV), garantindo que o BNDES não os financie. Érico Rocha, representante suplente do MMA, confirmou que a exclusão do GNV estava em texto inserido na página 9 do documento, que explicitava que as operações da modalidade reembolsável do Fundo Clima são mais restritivas em termos de elegibilidade, uma vez que não só devem respeitar as políticas e normas vigentes no BNDES, em especial a PRSAC, como também estão limitadas e circunscritas ao texto das finalidades detalhado no PAAR.

Tereza Campello (BNDES) enfatizou a importância de listar explicitamente o que é permitido no Fundo Clima para evitar financiar projetos de energia fóssil, como o gás natural veicular. Opinou ser melhor definir claramente as elegibilidades no documento.

Leandro de Oliveira Albuquerque afirmou que a discussão no comitê sobre a taxonomia e elegibilidade dos projetos foi profunda e que uma substituição rápida poderia comprometer a governança. Ele considerou que a proposta apresentada não era ideal.

Rodrigo Rollemberg disse que, embora o comitê não financie projetos de GNV, considerou em relação ao uso de biometano, a possibilidade de condicionar os financiamentos à contratos de longo prazo de fornecimento de biometano.

Tereza Campello (BNDES) alertou que a sugestão não seria operacional, pois não há como verificar contratos de longo prazo na compra de ônibus. Embora relevante, explicou que a preocupação é extemporânea e que a linha pode ser aprovada, mas não implementada.

Considerou que as linhas de equipamentos funcionam automaticamente, tornando inviável que um município compre 200 ônibus sem um ambiente credenciado. Sugeriu que o tema seja discutido em outro momento devido à sua especificidade.

O Presidente do Comitê, João Paulo Capobianco, afirmou que, embora tardia, a correção de problemas é sempre viável. Rodrigo Rollemburg concordou com essa afirmação.

Linda Murasawa sugeriu que o Fundo Clima incluísse um requisito para contratos de biometano em frotas maiores. Ela admitiu que isso não seria prático para operações menores, mas enfatizou que ajudaria a evitar o mau uso dos recursos do BNDES em grandes operações. Ela destacou a importância de estimular o uso de biocombustíveis em novas frotas, mencionando a discussão sobre "Cidades Inteligentes" e a adaptação de frotas emergentes. Finalizou pedindo que essa preocupação fosse considerada e possivelmente introduzida no PAAR.

O Presidente do Comitê, João Paulo Capobianco, solicitou a Érico Rocha projeção da proposta de incorporação, que dizia:

"Páginas de Finalidades - Sugestão de redação – nas notas de rodapé que tratam de biometano, inserir: "os equipamentos financiados devem estar associados a um contrato de longo prazo de fornecimento de biometano como combustível."

Houve concordância dos representantes presentes e o Presidente do Comitê, João Paulo Capobianco, passou a deliberação das propostas do Movimento Negro. Sobre o primeiro ponto, relacionado a tarifa zero, considerou-se que a decisão cabe aos municípios, não sendo competência do governo federal. Gisele Brito discordou do entendimento.

O Presidente do Comitê, João Paulo Capobianco, passou a deliberação da proposta do Movimento Negro, referindo-se ao ponto adicionado na página 4: "o Fundo buscará apoiar projetos de adaptação e **mitigação** que promovam o aumento da justiça climática" (Página 4, terceiro parágrafo). Sem manifestação contrária, aprovou-se a alteração.

O Presidente do Comitê, João Paulo Capobianco, colocou o segundo ponto proposto pelo Movimento Negro em deliberação: recomendação de que todos os tópicos e pontos apresentados pelo BNDES, incluindo os procedimentos para exclusão de determinados financiamentos, constem dos relatórios anuais. A recomendação é que esses procedimentos sejam incorporados aos relatórios do BNDES. Sem manifestação contrária e com expressa concordância do BNDES, aprovou-se a alteração.

O Presidente do Comitê, João Paulo Capobianco, colocou o terceiro ponto proposto pelo Movimento Negro em deliberação: no item 1.2, foi proposta a seguinte redação:

"1.2 Sistemas de parques e áreas verdes de uso público e arborização urbana; melhorias na infraestrutura verde, por meio de preservação de nascentes, recuperação de vegetação nativa e renaturalização de rios urbanos; utilização de soluções não convencionais para

despoluição de corpos hídricos; aquisição de mobiliários, obras de adequação, preparo e plantio de mudas, aquisição de viveiros; investimentos em resiliência, capacidade adaptativa e redução de riscos de desastres; investimento em agricultura urbana de bases agroecológicas e eficientes, incluindo uso de compostagem de resíduos orgânicos; **requalificação urbana em áreas de risco, com foco na redução dos riscos e permanência para a população em favelas e periferias**; sistemas municipais e estaduais de gestão de riscos de desastres; uso de soluções baseadas na natureza para: micro e macrodrenagem, saneamento ambiental, contenção de encostas, melhoria microclimática e conforto térmico e desimpermeabilização de áreas construídas.”

Tereza Campello (BNDES) enfatizou que tal redação seria inviável, no que tange assegurar a permanência em tais situações.

Gisele Brito, da Coalizão Negra por Direitos, questionou se a produção de habitação pública e a segurança de posse seriam garantidas, considerando as remoções em áreas de risco. Ela sugeriu que houvesse recursos disponíveis para realocação, destacando a falta de financiamento para realocar, manter, transferir ou indenizar essas pessoas adequadamente. Brito ressaltou a importância de buscar soluções viáveis para garantir a estabilidade habitacional da população afetada e alertou sobre o risco de remoções em massa sem suporte adequado.

O Presidente do Comitê afirmou que o Fundo Clima não financiará iniciativas de remoção em massa, conforme Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) do BNDES. A justiça climática foi destacada como uma medida preventiva; onde a permanência fosse inviável, a remoção seguiria os critérios estabelecidos, incluindo a justiça climática.

Gisele Brito, da Coalizão Negra por Direitos, destacou a importância de garantir a segurança de moradia para as pessoas afetadas, sugerindo recursos para indenização ou atendimento habitacional. Ela alertou que a falta de recursos para justiça climática agravaria o racismo ambiental, resultando em deslocamentos para áreas vulneráveis. Brito ressaltou a necessidade de políticas de financiamento equilibradas, mencionando haver crédito para remoção, mas não para adequado apoio aos deslocados.

Tereza Campello (BNDES) detalhou que a avaliação da sugestão fica limitada em relação às disposições legais. O Fundo Clima não pode cobrir indenizações, pois isso se enquadraria como custeio, o que não é permitido pela legislação do Fundo. Explicou que nos projetos, são feitas perguntas específicas sobre reassentamento populacional para identificar e tratar os riscos, e que o setor público normalmente é questionado sobre esses aspectos. No setor público, os itens de custeio e indenização normalmente são responsabilidade do setor público e não do investimento do projeto. Avaliou que, embora haja um tratamento adequado para abordar tais questões textuais, o Fundo não tem autoridade ou mandato para conceder posse a ninguém.

O Presidente do Comitê, João Paulo Capobianco, destacou que projetos devem seguir critérios estabelecidos. Se um projeto requer indenização pública, isso deve ser um requisito. Caso contrário, não será financiado.

Diogo Victor Santos mencionou a necessidade de utilizar a palavra "realocação" em vez de "remoção", pois esta última não implica necessariamente reassentar as pessoas em outro local, deixando assim a questão incompleta.

O Presidente solicitou ao Érico Rocha a leitura da proposta de redação, considerando as contribuições da Gisele Brito:

“ “1.2 Sistemas de parques e áreas verdes de uso público e arborização urbana; melhorias na infraestrutura verde, por meio de preservação de nascentes, recuperação de vegetação nativa e renaturalização de rios urbanos; utilização de soluções não convencionais para despoluição de corpos hídricos; aquisição de mobiliários, obras de adequação, preparo e plantio de mudas, aquisição de viveiros; investimentos em resiliência, capacidade adaptativa e redução de riscos de desastres; investimento em agricultura urbana de bases agroecológicas e eficientes, incluindo uso de compostagem de resíduos orgânicos; requalificação urbana em áreas de risco, com foco na redução dos riscos e permanência para a população em favelas e periferias, **com foco na redução dos riscos para a população em favelas e periferias, observando-se a adequada avaliação das questões que envolvam realocação, caso sejam necessárias para redução dos citados riscos, em atendimento aos preceitos de justiça climática;** sistemas municipais e estaduais de gestão de riscos de desastres; uso de soluções baseadas na natureza para: micro e macrodrenagem, saneamento ambiental, contenção de encostas, melhoria microclimática e conforto térmico e desimpermeabilização de áreas construídas.”

O texto foi aprovado pelos representantes. Então o Presidente do Comitê passou à avaliação da sugestão de Eduardo Armond, representante titular dos trabalhadores urbanos: “A concessão [...]. Adicionalmente, considerando os impactos sobre o mercado de trabalho engendrados pela transição para uma economia de baixo carbono, recomenda-se que as empresas tomadoras de recursos do Fundo **implementem** programas de qualificação e requalificação profissional, focados nos princípios de transição justa e de políticas inclusivas com envolvimento das entidades comunitárias locais.” (página 4 do PAAR). A alteração foi aprovada por consenso.

Em seguida, o Presidente do Comitê, passou à última alteração proposta, no parágrafo que se inicia na página 4: “Considerando a ampliação da escala dos recursos (...) O desenvolvimento dessas abordagens e metodologias deverá levar em conta a forma de gestão dos recursos da modalidade reembolsável **e não reembolsável** do Fundo Clima, bem como os conteúdos das Estratégias Nacionais e Planos Setoriais de Mitigação e Adaptação em desenvolvimento no âmbito do Plano Clima, a serem concluídos ainda em 2025.” A alteração foi aprovada por consenso.

Linda Murasawa perguntou sobre a existência de um teto de financiamento por projeto e a possibilidade de usar o Fundo Clima junto com outras linhas do BNDES, aplicando blended finance. Nesse caso, o Fundo Clima teria juros menores e as linhas tradicionais, juros maiores, melhorando as taxas para os clientes ao longo do tempo.

O Presidente do Comitê, João Paulo Capobianco, passou a palavra a Diretora Socioambiental do BNDES que referenciou o Relatório apresentado em reunião ao fim de 2024 para afirmar que a preocupação se distanciava da realidade, com centenas de empresas sendo beneficiadas com recursos do Fundo Clima.

Rodrigo Rollemburg indagou sobre a redação referente ao biometano e se a observação feita por ele seria incorporada.

A pedido do Presidente do Comitê, João Paulo Capobianco, Érico Rocha leu nota de rodapé constante do texto final, nas situações referidas:

"No que tange às notas de rodapé 11, 13, 14 e 15, que se referem a biometano, os equipamentos financiados devem estar associados a um contrato de longo prazo de fornecimento de biometano como combustível.".

Concluída a avaliação das sugestões de ajustes no PAAR 2025, o Presidente do Comitê, João Paulo Capobianco, colocou o Plano Anual de Aplicação de Recursos 2025 em votação. **Resultado: aprovado por unanimidade.**

O Presidente agradeceu a intensa participação dos membros, destacando o compromisso com o Fundo Clima e o aprimoramento contínuo de suas práticas. Foi mencionado que o momento é extremamente positivo, com valorização do Fundo Clima, refletida tanto pelo aumento de recursos quanto pela eficiência expressiva nas operações.

✓ Destinação dos recursos não reembolsáveis de 2025 para apoio ao edital "Periferias Verdes Resilientes"

O Presidente do Comitê, João Paulo Capobianco, passou a palavra ao Diretor Rodrigo Vieira, que explicou que no caso desse edital, houve a potencialização de recursos, combinando orçamento do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e do Ministério das Cidades. Explicou que o Comitê iria avaliar a proposta de apoio ao edital e, se aprovada, o edital seria apreciado na próxima reunião.

O Presidente do Comitê passou a palavra ao Secretário Nacional de Meio Ambiente Urbano, Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental do MMA, Adalberto Felicio Maluf Filho para apresentar a proposta. O Secretário Adalberto destacou a importância do programa "Cidades Verdes Resilientes" e explicou que pretendia apresentar rapidamente os resultados e a razão pela escolha do tema de soluções baseadas na natureza como um dos temas principais. Em sua apresentação, o Secretário destacou os seguintes pontos:

- Os desafios enfrentados pelas cidades no que diz respeito à adaptação às emergências climáticas.
- A prevalência histórica de soluções "cinzas" de grande infraestrutura, que são caras.
- A crescente escolha por soluções baseadas na natureza e adaptação baseada em ecossistemas devido ao melhor custo-benefício e rapidez na implementação.
- A aposta global na proteção, conservação e provisão de serviços ecossistêmicos nas cidades como uma alternativa viável e eficaz frente à escassez de recursos.
- A publicação pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima de "Soluções Comunitárias Baseadas na Natureza" durante o Encontro Nacional de Novos Prefeitos e Prefeitas, realizado em 2025.
- O documento "Cidades Verdes Resilientes" que contou com mais de 2000 contribuições, 1300 participações presenciais e 11000 participações online.
- Identificação de áreas prioritárias que abordam adaptação e mitigação.
- Soluções estruturadas de adaptação para cidades com ênfase nas periferias.
- Consideração de recortes territoriais, de gênero e de raça para melhorar a qualidade ambiental.
- A importância das Soluções Baseadas na Natureza (SBN) e o envolvimento comunitário na sua construção e manutenção.
- A relevância das periferias para o planejamento e implementação de melhorias no espaço verde e na qualidade ambiental.
- Objetivo de criar um edital que traga parcerias e fomente a colaboração com organizações da sociedade civil na iniciativa "Periferias Vivas".
- Seleção das 42 macro áreas pelo projeto Periferias Vivas foi concluída.
- Soluções Baseadas na Natureza (SBN) abordam adaptação e mitigação simultaneamente e estão enquadradas em três grandes eixos: hidrológicas, geológicas e geotécnicas, e soluções para lidar com altas temperaturas. Visam reduzir a velocidade e o volume do escoamento superficial, mitigar o impacto das enchentes e dos deslizamentos de terras. As SBN aumentam a segurança das encostas com elementos verdes e azuis urbanos. Um terceiro conjunto de SBNs contribui para o conforto térmico, integrando elementos verdes e azuis urbanos.
- As 42 macro áreas da iniciativa "Periferia Viva" estão distribuídas principalmente nas regiões Nordeste e Sudeste do Brasil.
- Estas regiões são historicamente mais afetadas por deslizamentos de terra e outras catástrofes naturais durante o início do ano chuvoso.
- As Soluções Baseadas na Natureza (SBN) serão construídas com participação comunitária, abordando problemas hidrológicos, geológicos e geotécnicos específicos.
- O objetivo é planejar atividades participativas e educativas, fundamentadas em conhecimentos técnicos e situações territoriais e comunitárias.

- Esses projetos-piloto poderão ser ampliados para proporcionar conforto térmico e melhorar o sistema de drenagem das áreas afetadas.
- Intervenções previstas visam adaptação para regular a água, o microclima e a resiliência urbana.
- Objetivo de promover justiça climática através da redução das desigualdades.
- As Soluções Baseadas na Natureza (SBN) são 50% mais baratas do que infraestruturas cinzas convencionais e produzem 28% mais valor.
- Esses projetos podem ser ampliados e monitorados por esforços governamentais.
- Projeto financiado pela GIZ trará recursos para monitorar e avaliar os projetos SBN.
- Objetivo de somar esforços para ajudar as cidades a se prepararem, vinculado ao programa "Adaptas Cidades".
- Potencialização dos recursos existentes, totalizando aproximadamente 25 milhões de reais de várias fontes.
- Proposta de dividir recursos em projetos de aproximadamente 2,5 milhões de reais cada, resultando em 10 projetos financiados inicialmente.
- Sugestão de buscar emendas parlamentares e outros orçamentos para ampliar os recursos e permitir maior escala para as Soluções Baseadas na Natureza (SBN).
- Utilização da Tabela SINAPI, elaborada em parceria com a Caixa Econômica Federal, para ampliar o apoio aos municípios.

O Presidente do Comitê, João Paulo Capobianco abriu a discussão.

O Conselheiro Diogo Victor Santos (Casa Civil) elogiou a apresentação do Secretário Adalberto e levantou uma questão. Ele queria entender melhor, especialmente no que tange aos riscos hidrológicos, como as intervenções de Soluções Baseadas na Natureza (SBN) seriam efetivadas. Diogo mencionou que, embora o foco sejam as periferias e favelas, muitas vezes, a intervenção necessária para lidar com o risco manifestado localmente deve ocorrer em uma escala maior, como a de uma bacia hidrográfica. Portanto, ele questionou se os projetos em análise estavam sendo planejados para intervenções em uma escala de bacia ou se eram mais localizados.

O Secretário Adalberto Maluf Filho explicou que, na primeira etapa, o desenvolvimento das soluções está vinculado ao envolvimento comunitário. Ele mencionou que, caso a caso, será debatido se a intervenção será mais localizada ou se considerará a bacia hidrográfica como um todo. Adalberto acrescentou que, pela experiência dos projetos em andamento, as soluções tendem a ter abordagens mais amplas e integradas para enfrentar os desafios das bacias hidrográficas de forma holística.

Gisele Brito, representante da Coalizão Negra por Direitos, destacou a importância de integrar os recursos discutidos com as políticas de resiliência urbana nas cidades. Ela mencionou que, embora a questão fosse subjetiva, deveria seguir os critérios previamente decididos sobre o PAAR.

O Presidente explicou que a proposta apresentada por Adalberto visava à destinação de recursos não reembolsáveis do Fundo Clima para o apoio ao edital "Periferias Verdes Resilientes". Informou que o tema escolhido deveria ser analisado pelo Comitê Gestor, e caso aprovado, uma nova reunião seria marcada para discutir o edital em detalhes.

Gisele Brito, representante da Coalizão Negra por Direitos, expressou a complexidade da situação, especialmente em relação às comunidades tradicionais que também reivindicam recursos não reembolsáveis. Ela mencionou a importância do investimento nas cidades, mas ressaltou que, do ponto de vista da Coalizão, é essencial que as comunidades tradicionais, como os quilombolas, também tenham acesso a esses recursos.

O Presidente do Comitê lembrou que o edital de 2023 também contemplou projetos rurais e com povos e comunidades tradicionais, e que a abordagem do edital atual visava agregar uma estratégia voltada para a população urbana em periferias e áreas de risco. Convidou os participantes a fazerem observações adicionais.

Eduardo Armond Cortes de Araújo, representante titular dos trabalhadores da área urbana, mencionou que, embora reconhecesse a falta de recursos como uma questão opressora nas comunidades, via o programa como uma importante potencialização dos recursos existentes. Ele destacou que o valor disponível no Fundo Clima, cerca de 3 milhões de reais, era relativamente baixo, a iniciativa era importante por alavancar outros recursos e criar um impacto significativo. Ele concluiu que o programa era interessante e oferecia um potencial maior para não pulverizar os recursos de forma ineficaz.

Não havendo outras manifestações, o Presidente do Comitê colocou em votação a destinação dos recursos não reembolsáveis do Fundo Clima para apoio a um edital no tema "Periferias Verdes Resilientes". **Resultado: Aprovado por todos os presentes, com exceção da representante do Movimento Negro, de Gisele Brito, que se manifestou contrária.**

O Presidente informou que a previsão era de que a reunião para tratar do edital fosse realizada no dia 29 de abril e que o edital seria enviado o mais rápido possível para garantir tempo suficiente para leitura e apreciação. A reunião extraordinária seria realizada de forma virtual para colher sugestões, recomendações e ajustes ao edital dos integrantes do comitê.

Suely Araújo (OSC) mencionou a necessidade de registrar em ata a demanda reiterada pelo Observatório do Clima para que, a partir de 2026, o fundo alcance um volume maior de recursos na modalidade não reembolsável. Ela reconheceu a dificuldade envolvida, mas enfatizou a importância de esforços e estudos para garantir um maior volume de recursos. Além disso, a Conselheira destacou a necessidade de reavaliar um teto no valor dos financiamentos na modalidade reembolsável, argumentando que o teto elevado reduz a variedade e o número de projetos que podem ser financiados.

Marçal Cavalcanti (ANAMMA), parabenizou a condução do evento e questionou a Diretora Tereza sobre quando os municípios poderiam efetivamente acessar o escritório para começar a estruturar financiamentos. Marçal destacou que estava em contato com diversos

municípios do Brasil, que queriam participar dessas conversas e que ele gostaria de liderar essas agendas.

Tereza Campello (BNDES) orientou que o ideal seria começar imediatamente, não sendo necessário esperar o dinheiro ser transferido, pois era preciso desenvolver o projeto. Ela destacou que, frequentemente, o projeto não existe, sendo essencial iniciar os trabalhos de estruturação o quanto antes.

Eduardo Armond Cortes de Araujo mencionou a importância de registrar o fato de que, há duas semanas, foi realizado um encontro da rede sindical da Amazônia e da Aliança de Florestas Tropicais, duas entidades sindicais. O encontro reuniu sindicatos da Amazônia, África e Ásia, que tratam de questões florestais. Ele destacou que, durante o evento, foi gerado um documento, que seria encaminhado ao governo e aos presentes para conhecimento.

✓ Informes e conclusão;

O Presidente do Comitê, João Paulo Capobianco agradeceu aos participantes e parabenizou pelo trabalho.

✓ ENCERRAMENTO

Não havendo mais a tratar, a reunião foi concluída às 17h00.